



*Res.
Caj
RL
T-3
Rolo*

ÍNDICE

	Pg.
1. Introdução	3
2. Respostas sociais desenvolvidas	4
3. Execução do Plano de Atividades	5
4. Quadro de pessoal	7
5. Associados.....	8
6. Análise económica: rendimentos, gastos e resultados.....	9
Rendimentos.....	9
Gastos	10
Resultados.....	11
7. Apreciação final do exercício	12
8. Proposta de aplicação do resultado	13



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE AMIEIRA DO TEJO

SES
CJ
IZL
MS
P. B.

1. Introdução

Nos termos legais e estatutários aplicáveis, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo apresenta à apreciação, discussão e deliberação da Assembleia Geral o Relatório de Atividades e de Contas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Durante o exercício de 2025, a Instituição manteve em funcionamento regular as suas respostas sociais, assegurando a continuidade da prestação de cuidados e do apoio social à população abrangida. O exercício ficou marcado por uma evolução favorável do desempenho económico-financeiro, com apuramento de um resultado líquido **positivo de 19.286,21 €**, em contraste com o resultado **negativo de 17.515,67 €** registado em 2024, o que representa uma melhoria de **36.801,88 €**.

Verificou-se ainda reforço da posição de tesouraria e redução do passivo, mantendo-se a Instituição operacionalmente estável e com capacidade para prosseguir a sua missão social.



Handwritten notes in blue ink: "CRL." and a signature.

2. Respostas sociais desenvolvidas

Com referência a 31 de dezembro de 2025, a Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo desenvolveu as seguintes respostas sociais: **Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)**, com **27 utentes**; **Centro de Dia**, com **9 utentes**; e **Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)**, com **4 utentes**, perfazendo um total de **40 utentes**.

A prestação destes serviços continuou a ser enquadrada pelos instrumentos de cooperação aplicáveis às respostas sociais da Instituição, mantendo-se, porém, em ERPI, **6 utentes fora do enquadramento de acordo de cooperação**.

A atividade desenvolvida ao longo do exercício permitiu assegurar a continuidade assistencial, a estabilidade do funcionamento regular e a resposta social adequada às necessidades dos utentes acompanhados.

Resposta social	N.º de utentes
ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	27
CD - Centro de Dia	9
SAD - Serviço de Apoio Domiciliário	4
Total	40



Res.
Caf.
RL.
703
Danke

3. Execução do Plano de Atividades

No decurso do ano de 2025, a instituição desenvolveu um conjunto diversificado de atividades de animação sociocultural, promoção da saúde, estimulação cognitiva, reforço dos laços familiares, valorização das tradições e dinamização da participação dos utentes, em coerência com os objetivos definidos para as respostas sociais em funcionamento.

A execução do Plano de Atividades assentou numa lógica de ocupação útil e significativa do quotidiano dos utentes, procurando promover o bem-estar, a autoestima, a socialização, a manutenção de capacidades, a valorização das vivências pessoais e o reforço do sentimento de pertença ao grupo institucional. Ao longo do ano foram assinaladas diversas datas comemorativas, culturais, religiosas e sazonais, com recurso a atividades manuais, convívios, momentos lúdicos, ações de sensibilização, atividades de expressão e iniciativas de contacto com a família e com a comunidade.

No primeiro trimestre, destacaram-se as atividades associadas ao Dia de Reis, ao Dia Internacional do Obrigado, ao Dia da Escrita à Mão, ao Carnaval, ao Dia Internacional da Mulher, ao Dia do Pai, ao Início da Primavera e ao Dia Mundial da Atividade Física. Estas iniciativas incluíram, entre outras, a elaboração de coroas, cartões temáticos, molduras com frases de agradecimento, criação de adereços de Carnaval, plantação de flores, caminhadas e atividade física orientada. Com estas ações procurou-se estimular a memória, a criatividade, a motricidade, a participação ativa e o convívio entre utentes e equipa.

No segundo trimestre, assumiram especial relevância as ações ligadas à promoção da saúde e à vivência das tradições religiosas e comunitárias, designadamente o Dia Mundial da Saúde, a celebração do Domingo de Ramos e da Páscoa, o Dia da Liberdade, o Dia da Mãe, o Mês de Maria, a evocação de Fátima, o Dia Internacional da Família, o Dia da Espiga, o Dia Mundial de Consciencialização da Violência Contra a Pessoa Idosa e as comemorações dos Santos Populares. Neste período foram promovidos workshops sobre hábitos saudáveis, rastreio da diabetes, trabalhos manuais temáticos, momentos de oração, visualização de celebrações religiosas, caminhadas, sessões de sensibilização e convívios. As atividades contribuíram para a educação para a saúde, para a preservação de hábitos e costumes, para o exercício da espiritualidade e para o reforço das relações interpessoais.

No terceiro trimestre, a instituição deu continuidade às iniciativas de carácter comunitário, intergeracional e de valorização pessoal, com destaque para o Arraial Rainha Santa Isabel, o Dia Mundial dos Avós, o Dia Mundial da Fotografia e o Início do Outono. Foram promovidas atividades como sardinhada, concurso de quadras populares, troca de mensagens e videochamadas entre utentes e netos, sessão e exposição



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE AMIEIRA DO TEJO**

MS.
Cay
RL
TJ
hokel

fotográfica e criação de painéis sazonais. Estas ações favoreceram a socialização, o contacto com a família, a autoconfiança, a expressão afetiva e a orientação temporal dos utentes.

No quarto trimestre, sobressaíram as comemorações do Dia Mundial do Idoso, do Dia de São Martinho, da Festa de Natal e do Início do Inverno, bem como atividades relacionadas com o Dia da Alimentação e com o período de Halloween/Todos os Santos. Realizaram-se lanche-convívio entre utentes das diferentes respostas sociais, almoço com família, atividades de expressão e convívio, magusto institucional, celebração natalícia com componente religiosa e momentos de apresentação e animação, bem como a elaboração de painéis temáticos. Estas iniciativas permitiram reforçar o convívio entre utentes, famílias, colaboradores e comunidade, mantendo vivas tradições significativas para os idosos.

Da análise global da execução do plano resulta uma apreciação positiva, tendo a generalidade das atividades sido concretizada com boa adesão dos utentes e com impacto favorável ao nível do bem-estar, participação e animação institucional. Em várias ações ficou registado que os utentes aderiram com interesse, gostaram dos resultados obtidos e participaram de forma empenhada, encontrando-se tais iniciativas suportadas por registo fotográfico.

Registaram-se, ainda assim, alguns ajustamentos pontuais à programação inicial. No Arraial Rainha Santa Isabel não foi possível realizar o desfile de marchas populares em virtude da onda de calor verificada nessa altura. Na atividade prevista para o Dia da Alimentação não se concretizou o formato inicialmente programado, por ter coincido com outro trabalho desenvolvido nessa data. Já nas atividades inicialmente associadas ao Halloween verificou-se reduzido interesse por parte dos utentes, tendo a intervenção sido ajustada para trabalhos relacionados com o Dia de Todos os Santos. Estes desvios não comprometem a apreciação global favorável da execução do plano, antes evidenciam a necessária adaptação da instituição às circunstâncias concretas, ao interesse dos utentes e às condições do momento.

Em síntese, o Plano de Atividades de 2025 foi executado de forma globalmente satisfatória, com diversidade de iniciativas e com enfoque na promoção do envelhecimento ativo, da participação, da estimulação cognitiva e motora, da saúde, da espiritualidade, da ligação à família e da preservação das tradições socioculturais, contribuindo para a qualidade de vida e bem-estar dos utentes.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE AMIEIRA DO TEJO

108
ay
RL
10
Kalen

4. Quadro de pessoal

Com referência a 31 de dezembro de 2025, a atividade das três respostas sociais foi assegurada por um **quadro de pessoal de 27 trabalhadores**, distribuídos pelas categorias profissionais constantes do mapa anexo a esta secção.

Face ao exercício anterior, regista-se reforço do quadro de pessoal, com reflexo direto na capacidade de resposta da Instituição e na evolução da rubrica de gastos com o pessoal.

Categoria profissional	N.º
Ajudante de Cozinha II	2
Ajudante de Lar e Centro de Dia I	9
Ajudante de Lar e Centro de Dia II	2
Ajudante Familiar Domiciliário I	3
Animadora Sociocultural Principal	1
Cozinheira II	1
Técnico Superior de Serviço Social (Diretora Técnica)	1
Encarregada de Serviços Gerais II	1
Enfermeira	1
Técnico(a) Superior Administrativo I	1
Trabalhador de Serviços Gerais II	5
Total	27



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE AMIEIRA DO TEJO

ser.
Caf
ZL.
TOD
Phu

5. Associados

No final do exercício de 2025, a Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo contava com **343 sócios/irmãos**, dos quais **218 ativos** e **125 não ativos**.

O rendimento proveniente das quotas dos associados ascendeu a **2.662,00 €**, valor ligeiramente inferior ao registado em 2024. Não obstante a reduzida expressão financeira desta rubrica no conjunto dos rendimentos da Instituição, os associados continuam a assumir particular relevância para a vida institucional, quer enquanto base estatutária da Irmandade, quer enquanto suporte cívico e comunitário do projeto social prosseguido pela Santa Casa.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'RL.' and 'Paulo'.

6. Análise económica: rendimentos, gastos e resultados

Rendimentos

No exercício de 2025, os rendimentos totais da Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo ascenderam a **665.257,47 €**, mantendo-se a rubrica **Prestações de Serviços** como a principal fonte de receita da Instituição. Esta estrutura confirma a forte dependência do equilíbrio económico face à atividade corrente desenvolvida no âmbito das respostas sociais e serviços prestados.

Rendimentos	2025 (€)	2024 (€)	2023 (€)	Variação 2025/2024	
				(€) / (%)	
Prestações de serviços	619.675,10	595.327,00	585.027,00	24.348,10	4,09%
Quotas dos associados	2.662,00	2.824,00	3.012,00	-162	-5,74%
Subsídios, doações e legados à exploração	8.605,15	6.166,00	9.239,00	2.439,15	39,56%
Outros rendimentos e ganhos	34.108,10	31.767,00	39.098,00	2.341,10	7,37%
Juros e outros rendimentos similares	2.869,12	3.967,00	315	-1.097,88	-27,68%
Total	665.257,47	637.228,00	633.679,00	28.029,47	4,40%

As **prestações de serviços** totalizaram **619.675,10 €**, constituindo a base essencial de sustentação do rendimento operacional da Instituição. Dentro desta rubrica, destacam-se as **mensalidades dos utentes**, no montante de **360.192,74 €**, e as **comparticipações da Segurança Social**, no valor de **233.756,01 €**, a que acrescem os **serviços secundários**, no montante de **23.064,00 €**.

Decomposição das prestações de serviços	2025 (€)	2024 (€)	2023 (€)	Variação 2025/2024	
				(€) / (%)	
Mensalidades dos utentes	360.192,74	346.450,00	322.180,00	13.742,74	3,97%
Comparticipações da Segurança Social	233.756,01	223.456,00	234.688,00	10.300,01	4,61%
Serviços secundários	23.064,00	22.596,00	25.147,00	468	2,07%

Os **subsídios, doações e legados à exploração** ascenderam a **8.605,15 €**, com especial expressão da componente associada ao **IEFP**, no valor de **5.686,04 €**. A rubrica **Outros rendimentos e ganhos** atingiu **34.108,10 €**, enquanto os **juros e outros rendimentos similares** se fixaram em **2.869,12 €**.



As
Cef
GRL
9/3
AR

Em termos globais, a estrutura dos rendimentos evidencia uma forte dependência da atividade corrente desenvolvida nas respostas sociais, circunstância que reforça a necessidade de manutenção de níveis adequados de ocupação, prestação de serviços e cobrança, de forma a preservar o equilíbrio económico da Instituição.

Gastos

Os gastos totais do exercício de 2025 ascenderam a **645.971,26 €**. A estrutura dos gastos continua a evidenciar, de forma muito marcada, o peso predominante da rubrica **Gastos com o Pessoal**, seguida dos **Fornecimentos e Serviços Externos** e do **Custo das Matérias Consumidas**.

Gastos	2025 (€)	2024 (€)	2023 (€)	Variação 2025/2024	
				(€) / (%)	(%)
61 – Custo das matérias consumidas	77.192,13	89.842,00	90.020,00	-12.649,87	-14,08%
62 - Fornecimentos e serviços externos	106.912,76	121.388,00	99.532,00	-14.475,24	-11,92%
63 - Gastos com o pessoal	408.825,92	382.312,00	381.313,00	26.513,92	6,94%
64 - Gastos de depreciação e amortização	52.370,33	49.760,00	53.805,00	2.610,33	5,25%
68 - Outros gastos e perdas	603,01	11.439,00	1.043,00	-10.835,99	-94,73%
69 - Gastos e perdas de financiamento	67,11	--	--	67,11	n.a.
Total	645.971,26	654.741,00	625.713,00	-8.769,74	-1,34%

Fonte Valores 2023 e 2024: Relatório de Atividades e de Contas do Exercício de 2024

Os **gastos com o pessoal** ascenderam a **408.825,92 €**, mantendo-se como a principal rubrica de despesa da Instituição e representando a componente mais expressiva da estrutura de custos. Esta evolução mostra-se compatível com o reforço do quadro de pessoal e com a necessidade de assegurar a capacidade de resposta das respostas sociais em funcionamento.

Os **fornecimentos e serviços externos** totalizaram **106.912,76 €**, registando uma redução face a 2024, tal como o **custo das matérias consumidas**, que se situou em **77.192,13 €**. Estas variações contribuíram para a contenção global da despesa no exercício. A rubrica **Gastos de depreciação e amortização** ascendeu a **52.370,33 €**, enquanto os **outros gastos e perdas** se reduziram de forma expressiva para **603,01 €**. Os **gastos e perdas de financiamento**, embora de reduzida expressão, totalizaram **67,11 €**, devendo integrar o total dos gastos do exercício.



ser.
Caf
EL.
FAB
Pant

Resultados

Os resultados do exercício de 2025 evidenciam uma recuperação material face ao exercício anterior. O **resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos** ascendeu a **68.854,53 €**, o **resultado operacional** foi positivo em **16.484,20 €** e o **resultado líquido do exercício** fixou-se em **19.286,21 €**, em contraste com o resultado negativo apurado em 2024.

Indicador	2025 (€)	2024 (€)	Varição (€)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	68.854,53	28.279,50	40.575,03
Resultado operacional	16.484,20	-21.480,80	37.965,00
Resultado líquido do exercício	19.286,21	-17.515,67	36.801,88

O exercício de 2025 encerrou, assim, com **resultado líquido positivo de 19.286,21 €**, revelando uma melhoria de **36.801,88 €** face ao exercício anterior. A análise conjunta dos rendimentos e dos gastos demonstra que a Instituição conseguiu recuperar equilíbrio económico, ainda que com uma margem moderada face ao volume global da atividade.

A leitura técnica do exercício mostra que a estrutura dos gastos permanece pesada, sobretudo pelo peso dos **gastos com o pessoal**, que representam **63,29%** do total dos gastos, ao passo que a rubrica **Prestações de Serviços**, no montante de **619.675,10 €**, corresponde a **93,15%** do total dos rendimentos. Esta combinação confirma que a sustentabilidade económica da Instituição continua a depender, de forma determinante, do controlo da despesa corrente e da manutenção de níveis adequados de ocupação, prestação de serviços e cobrança.

Em síntese, o exercício de 2025 deve ser lido como um exercício de **recuperação, estabilidade e contenção**, no qual foi possível assegurar a continuidade da atividade institucional, melhorar o resultado económico e preservar o equilíbrio global da Instituição, sem prejuízo da necessidade de continuar a adotar uma gestão prudente, rigorosa e exigente nos exercícios futuros.



Mes.
Caf.
ZL.
900
Papel

7. Apreciação final do exercício

Da análise efetuada aos documentos de prestação de contas do exercício de 2025, conclui a Mesa Administrativa que a Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo encerrou o período com um resultado globalmente favorável, num quadro de estabilidade institucional, equilíbrio económico e reforço da liquidez.

Em termos patrimoniais, o **total do ativo** ascendeu a **1.657.140,88 €**, os **fundos patrimoniais** a **1.549.595,83 €** e o **passivo** a **107.545,05 €**. A **caixa e depósitos bancários** situaram-se em **364.263,87 €**, evidenciando um reforço de liquidez face ao exercício anterior.

Indicador	2025	2024	Varição
Ativo não corrente	1.272.071,92	1.281.880,71	-7.198,46
Ativo corrente	385.068,96	352.391,90	32.677,06
Total do ativo	1.657.140,88	1.634.272,61	25.478,60
Fundos patrimoniais	1.549.595,83	1.520.212,49	31.993,67
Passivo	107.545,05	114.060,12	-6.515,07
Caixa e depósitos bancários	364.263,87	332.334,16	31.929,71

A leitura global das contas permite concluir que a Instituição manteve, em 2025, a sua atividade regular, assegurou o cumprimento das suas obrigações essenciais e preservou uma situação de equilíbrio económico e financeiro positiva. Não obstante, a margem apurada continua a exigir uma gestão exigente ao nível do controlo dos custos, da racionalização da despesa corrente e do acompanhamento permanente da sustentabilidade institucional.

Nestes termos, entende a Mesa Administrativa que o exercício de 2025 deve ser qualificado como um exercício de **estabilidade, contenção e equilíbrio**, no qual foi possível assegurar a continuidade do funcionamento institucional e das respostas sociais, sem prejuízo da necessidade de reforçar, nos exercícios futuros, os mecanismos de controlo económico, financeiro e patrimonial.

A Mesa Administrativa manifesta, por fim, o seu reconhecimento a todos quantos contribuíram para o regular funcionamento da Instituição ao longo do exercício de 2025, designadamente trabalhadores, utentes, famílias, voluntários, parceiros e demais entidades que, de forma direta ou indireta, colaboraram com a Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo.



8. Proposta de aplicação do resultado

Assim, a Mesa Administrativa submete à apreciação e votação da Assembleia Geral o presente Relatório de Atividades e de Contas do exercício de 2025, bem como os respetivos documentos de prestação de contas, designadamente o **Balanço**, a **Demonstração dos Resultados por Naturezas**, a **Demonstração dos Fluxos de Caixa**, a **Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais** e o **Anexo às Demonstrações Financeiras**.

Mais propõe que o **resultado líquido positivo do exercício**, no montante de **19.286,21 €**, seja integralmente transferido para **Resultados Transitados / Fundos Patrimoniais**.

Que o **saldo negativo de resultados transitados**, no montante de **17.515,67 €** (*dezassete mil, quinhentos e quinze euros e sessenta e sete cêntimos*), seja **integralmente coberto por utilização da conta Reservas Livres**.

Amieira do Tejo, 23 de abril de 2026

A Mesa Administrativa

O PROVIDOR,

[Assinatura]
O Provedor

A VICE-PROVEDORA,

Gracinda Marcelino

O TESOUREIRO,

[Assinatura]
O Tesoureiro

O SECRETÁRIO,

Petera Jorge Brito

A VOGAL,

[Assinatura]



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE AMIEIRA DO TEJO

22.
22.
22.
22.
22.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BALANÇO EM 31 DEZEMBRO 2025

Unidade: Euros

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIO 2025	EXERCÍCIO 2024
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	4	1 262 357,22	1 272 069,64
BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL	4	4 987,98	4 987,98
ATIVOS INTANGÍVEIS	5	0,00	96,37
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	11.1	4 726,72	4 726,72
		1 272 071,92	1 281 880,71
ATIVO CORRENTE			
INVENTÁRIOS	7	8 409,91	10 468,53
CRÉDITOS A RECEBER	11.4	4 239,30	3 733,81
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	15.2	7 630,88	3 502,45
OUTROS ATIVOS CORRENTES	11.4	525,00	2 352,95
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	11.6	364 263,87	332 334,16
		385 068,96	352 391,90
TOTAL DO ATIVO		1 657 140,88	1 634 272,61
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
FUNDOS	15.1	4 222,81	4 222,81
RESERVAS	15.1	996 811,30	988 844,46
RESULTADOS TRANSITADOS	15.1	-17 515,67	7 966,84
		546 791,18	536 694,05
SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO	15.1	519 108,71	506 471,72
DOAÇÕES	15.1	27 682,47	30 222,33
OUTRAS VARIAÇÕES			
		1 530 309,62	1 537 728,16
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	15.1	19 286,21	-17 515,67
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		1 549 595,83	1 520 212,49
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
		0,00	0,00
PASSIVO CORRENTE			
FORNECEDORES	11.7	14 876,51	17 506,61
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	11.6	28 497,60	30 137,00
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	15.2	9 647,52	11 506,67
DIFERIMENTOS	11.5	128,56	0,00
OUTROS PASSIVOS CORRENTES	11.8	54 394,86	54 909,84
		107 545,05	114 060,12
TOTAL DO PASSIVO		107 545,05	114 060,12
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		1 657 140,88	1 634 272,61

O CONTABILISTA CERTIFICADO

(Joaquim Serras - CC nº. 41457)

A MESA ADMINISTRATIVA

O Provedor

es.
cy
ZL.
PB
Pank



Res
an
DL
TSS
P. 18

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	8	619 675,10	595 326,97
Subsídios, doações e legados à exploração	10	8 605,15	6 166,49
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.2.8	-77 192,13	-89 841,91
Fornecimentos e serviços externos	15.3	-106 912,76	-121 388,29
Gastos com pessoal	12	-408 825,92	-382 312,21
Ajustamentos de inventário (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos / reduções)			
Outras imparidades (aumentos / reversões)			
Aumentos / Reduções de justo valor			
Outros rendimentos	15.4	34 108,10	31 767,46
Outros gastos	15.5	-603,01	-11 439,01
Resultado antes depreciações, gastos financiamento e impostos		68 854,53	28 279,50
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4	-52 370,33	-49 760,30
Resultado operacional (antes gastos financiamento e impostos)		16 484,20	-21 480,80
Juros e rendimentos similares obtidos	15.6	2 869,12	3 967,28
Juros e gastos similares suportados	15.6	-67,11	-2,15
Resultado antes de impostos		19 286,21	-17 515,67
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		19 286,21	-17 515,67

O CONTABILISTA CERTIFICADO

(Joaquim Serras – CC n.º 41457)

A ADMINISTRATIVA

O Provedor

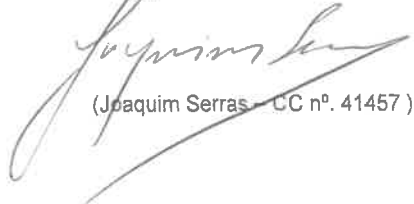


Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		617 530,21	597 374,61
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(186 075,11)	(180 551,05)
Pagamentos ao pessoal		(409 099,67)	(307 777,90)
Caixa gerada pelas operações		22 355,43	109 045,66
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		10 934,25	(54 220,09)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		33 289 68	54 825 57
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(42 561,54)	2 174,00
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		600,00	
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		33 879,35	36 696,17
Juros e rendimentos similares		3 870,22	3 281,25
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(4 211,97)	42 151,42
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações		2 919,11	3 770,35
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		(67,11)	(2,15)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		2 852 00	3 768 20
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		31 929,71	100 745,19
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	11.6	332 334,16	231 588,97
Caixa e seus equivalentes no fim do período		364 263,87	332 334,16

O CONTABILISTA CERTIFICADO


(Joaquim Serras - CC n.º. 41457)

A MESA ADMINISTRATIVA


O Provedor

Handwritten notes and signatures in blue ink at the top right corner.



**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

Unidade: Euros

RUBRICAS	NOTAS	CENTRO DIA	APOIO DOMICILIÁRIO	LAR	PERÍODOS	
					2025	2024
Vendas e serviços prestados		68 223,62	47 873,25	503 578,23	619 675,10	
Custo das vendas e dos serviços prestados		-65 279,19	-45 807,11	-481 844,51	-592 930,81	
Resultado Bruto		2 944,43	2 066,14	21 733,72	1 784,56	
Outros rendimentos		4 702,55	3 299,83	34 710,87	42 713,25	
Gastos de distribuição						
Gastos administrativos						
Gastos de investigação e desenvolvimento						
Outros gastos		-5 832,14	-4 092,48	-43 048,72	-52 973,34	
Resultado operacional (antes gastos financiamento e impostos)		1 814,84	1 273,49	13 395,87	-21 480,80	
Gastos de financiamento (líquidos)		308,49	216,47	2 277,05	3 965,13	
Resultado antes de impostos		2 123,33	1 489,96	15 672,92	-17 515,67	
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado líquido do período		2 123,33	1 489,96	15 672,92	-17 515,67	

O CONTABILISTA CERTIFICADO

(Joãoquim Serras – CC nº. 41457)

A MESA ADMINISTRATIVA

Approved



Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo

Handwritten signatures and initials in blue ink:
M. S.
C. J.
RL
F. S.
E. L.

RELATÓRIO E CONTAS
Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo
ANO DE 2025





Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Ses.', 'ZL.', 'T.B.', and 'Paulo'.

ANEXO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1 – Identificação da entidade

Denominação da entidade: **Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo, NIF 501 626 492.**

Sede Social: **Rua Dr. Donato, 15, 6050-141 Amieira do Tejo.**

Natureza Jurídica e Atividade: A Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo, adiante identificada por SCMAT, é uma pessoa coletiva de utilidade pública, entidade com enquadramento legal do estatuto das instituições particulares de solidariedade social, bem como entidade de economia social nos termos da respetiva lei de bases, constituída sob a forma de associação de direito privado/Irmandade de Misericórdia, com estatutos/Compromisso registado(s) na Direção Geral de Segurança Social. Nos termos do artigo 1.º do respetivo Compromisso, homologado em 10 de julho de 2015, tem por fim a prática das Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço de apoio com solidariedade a todos os que precisam, com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico.

Para a concretização dos seus objetivos, a Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo pode conceder bens e desenvolver atividades de intervenção social, nomeadamente nos domínios de: apoio à infância e juventude, designadamente a crianças e jovens em perigo, apoio a pessoas idosas, a pessoas com deficiência e incapacidade, pessoas em situação de necessidade ou de dependência, sem-abrigo e vítimas de violência doméstica, apoio à família e comunidade em geral, apoio à integração social e comunitária, promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa, de reabilitação e reintegração, bem como aquisição e fornecimento de medicamentos e assistência medicamentosa, promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de homens e mulheres, empreendedorismo e outras respostas sociais enquadráveis no âmbito da economia social, que contribuam para a efetivação dos direitos dos cidadãos e para a sustentabilidade da instituição, habitação e turismo social, agricultura social e salvaguarda e defesa do património histórico, artístico e cultural.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 — Indicação do referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras da SCMAT foram elaboradas no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as novas disposições previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, a Santa Casa aplica a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) do SNC, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 29 de julho de 2015, através do Aviso n.º 8259/2015.

Atendendo ao disposto no ponto 2.3 da NCRF-ESNL que refere “Sempre que esta Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deve recorrer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

Às NCRF e Normas interpretativas (NI);

b) Às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;

c) Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

Sempre que não exista outra referência, os montantes expressos nas demonstrações financeiras encontram-se expressos em unidade de euro.



2.2 - Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

sech.
CWT
RL
PB
Lanthe

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como as quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Os valores constantes das demonstrações financeiras da SCMAT do período findo em 31 de dezembro de 2025 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2024.

3- Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a SCMAT continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL em geral e para a SCMAT em particular, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins com sustentabilidade.

Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a Estrutura Conceptual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

Compensação

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados.



Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações da SCMAT, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) A razão para a reclassificação.

Handwritten notes and signatures:
L
ses
cut
DL
DS
LH

3.2 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da SCMAT, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

3.2.1 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, no caso dos imóveis, com base no Valor Patrimonial Tributário (VPT), ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas resultam da atribuição dos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	25
Equipamento básico	2 - 8
Equipamento de transporte	4 - 5
Equipamentos biológicos	
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 7

A vida útil e os métodos de depreciação dos vários bens são revistos anualmente.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados por naturezas do período em que venham a ocorrer.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.



O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da alienação ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

Os “Ativos fixos tangíveis em curso” representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se reconhecidos ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis serão depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

3.2.2 - Bens do Património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se mensurados pelo seu custo histórico.

Nos bens sujeitos a depreciação as taxas utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida o registo na respetiva conta de “Outras variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e só se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem têm um tratamento contabilístico diferente do bem ao qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, nos termos da norma, estes não são depreciáveis bem como as incorporações a estes. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

3.2.3 - Propriedades de Investimento

Não aplicável

3.2.4 - Ativos intangíveis

Nada a referir.

3.2.5 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Periodicamente, a SCMAT analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a SCMAT reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado. O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a SCMAT reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação. Na data de relato, as provisões foram revistas na data do balanço e ajustadas, de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas. Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota. Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.



3.2.6 - Imparidade de ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos da SCMAT com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'CUT', 'RL', 'TDS', and 'PvK'.

3.2.7 – Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou, como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os "Ativos fixos tangíveis" adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

3.2.8 - Inventários

As matérias-primas alimentares, os produtos geriátricos e os materiais diversos encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento.

3.2.9 - Rendimentos e gastos

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber. O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para Entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Santa Casa e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

3.2.10 - Imposto sobre o rendimento

A SCMAT é uma pessoa coletiva de utilidade pública e de solidariedade social, de tipo associativo de direito privado sem fins lucrativos, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

É um sujeito passivo de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos termos do n.º 1 do art.º 2.º do Código do IRC (CIRC), sendo a base deste imposto o rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º do CIRC.



As regras de determinação da matéria coletável de IRC são as constantes dos artigos 53.º e 54.º do CIRC, sendo aplicável aos rendimentos tributáveis a taxa de IRC de 21% prevista no n.º 5 do art.º 87.º do CIRC.

A SCMAT por ser uma pessoa coletiva de utilidade pública e de solidariedade social beneficia de um regime fiscal privilegiado, que se traduz na prática numa isenção da tributação, de acordo com o disposto no art.º 10.º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Handwritten notes in blue ink: "L", "res.", "DL", "7/3", "A/B".

3.2.11 - Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento e encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

Utentes e outros créditos a receber

As dívidas dos utentes e outros créditos a receber estão mensuradas ao custo menos eventuais perdas de imparidade acumuladas, de forma que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido à data de relato.

As dívidas dos utentes e de outros créditos a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.

Os montantes das dívidas a fornecedores e a outros terceiros são registados pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Financiamentos obtidos

Os empréstimos, quando existentes, são reconhecidos pelo valor nominal recebido.

Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas de acordo com o regime de acréscimo (periodização económica), sendo capitalizados quando estão diretamente relacionados com os ativos em curso.

Os empréstimos são apresentados no balanço como passivos correntes, a não ser que a Santa Casa tenha o direito incondicional para diferir o passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que são apresentados no passivo não corrente do balanço.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Investimentos Financeiros

Os Investimentos financeiros são mensurados ao justo valor. As variações ocorridas no justo valor são reconhecidas na demonstração de resultados na rubrica "Aumentos / Reduções de justo valor".

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.



Classificação de fundos patrimoniais e passivo

Os passivos financeiros e os fundos patrimoniais são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas e apresentadas nas rubricas «Outros ativos correntes», «Outros passivos correntes» e «Diferimentos» do balanço.

3.2.12 - Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídios de férias e Natal e quaisquer outras retribuições adicionais deliberadas pontualmente pela Mesa Administrativa.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido. Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Santa Casa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.2 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Santa Casa.

3.2.3 - Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias divulgadas de ativos e passivos, incluindo os de natureza contingente, e fundos patrimoniais, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pela Mesa Administrativa na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes assuntos:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis:

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico. A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de depreciação/amortização a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'DL.' and '173'.



essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período;

- Provisões:

A Mesa Administrativa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes; e

- Imparidade de contas a receber:

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

3.3 – Alterações de estimativas contabilísticas:

Com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram alterações às estimativas contabilísticas, adotadas desde 2012.

3.4 – Correções de erros de períodos anteriores:

Com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2025, não foram efetuados ajustamentos em Resultados transitados.

4– Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, apresentam-se nos seguintes quadros:

31 de dezembro de 2025					
Designação dos ativos:	Saldo em 01/jan/2025	Aquisições /Reforço	Abates /Alienações	Transferências / Regularizações	Saldo em 31/dez/2025
Bens Património Histórico e Cultural	4 987,98				4 987,98
Terrenos e recursos naturais	19 914,31				19 914,31
Edifícios e outras construções	1 163 697,78				1 163 697,78
Equipamento básico	159 581,43	19 519,32			179 100,75
Equipamento de transporte	98 063,98		(18 495,30)		79 568,68
Equipamento administrativo	22 891,60				22 891,60
Outros ativos fixos tangíveis	26 766,68				26 766,68
Imobilizações em curso	663 103,27	23 042,22			686 145,49
	2 159 007,03	42 561,54	(18 495,30)	-	2 183 073,27



Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo

Handwritten signatures and initials:
L. J. S.
D. L.
P. B.
P. B.

31 de dezembro de 2025

	Saldo em 01/jan/2025	Aquisições /Reforço	Abates /Alienações	Transferências / Regularizações	Saldo em 31/dez/2025
Depreciações Acumuladas:					
Bens Património Histórico e Cultural					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	587 580,81	45 900,60			633 481,41
Equipamento básico	151 535,13	4 777,96			156 313,09
Equipamento de transporte	98 063,98	0,00	(18 495,30)		79 568,68
Equipamento administrativo	20 731,26	1 108,42			21 839,68
Outros ativos fixos tangíveis	24 038,23	486,98			24 525,21
	881 949,41	52 273,96	(18 495,30)	-	915 728,07

31 de dezembro de 2024

	Saldo em 01/jan/2024	Aquisições /Reforço	Abates /Alienações	Transferências / Regularizações	Saldo em 31/dez/2024
Designação dos ativos:					
Bens Património Histórico e Cultural	4 987,98				4 987,98
Terrenos e recursos naturais	19 914,31				19 914,31
Edifícios e outras construções	1 163 697,78				1 163 697,78
Equipamento básico	159 980,43		(399,00)		159 581,43
Equipamento de transporte	98 063,98				98 063,98
Equipamento administrativo	23 377,54		(485,94)		22 891,60
Outros ativos fixos tangíveis	26 766,68				26 766,68
Imobilizações em curso	660 929,27	2 174,00			663 103,27
	2 157 717,97	2 174,00	(884,94)	-	2 159 007,03

31 de dezembro de 2024

	Saldo em 01/jan/2024	Aquisições /Reforço	Abates /Alienações	Transferências / Regularizações	Saldo em 31/dez/2024
Depreciações Acumuladas:					
Bens Património Histórico e Cultural					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	541 680,21	45 900,60			587 580,81
Equipamento básico	149 766,15	2 167,98	(399,00)		151 535,13
Equipamento de transporte	98 063,98	0,00			98 063,98
Equipamento administrativo	20 108,80	1 108,40	(485,94)		20 731,26
Outros ativos fixos tangíveis	23 551,25	486,98			24 038,23
	833 170,39	49 663,96	(884,94)	-	881 949,41



Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo

A rubrica de “edifícios e outras construções” inclui, os investimentos realizados nos equipamentos sociais e serviços da Santa Casa, designadamente as obras realizadas na Construção do Lar de Idosos 1ª. e 2ª. fases, bem como na construção do Centro de Dia e Edifício para as garagens das viaturas.

A rubrica “Imobilizações em Curso” respeita a obras que se iniciaram em 12 de outubro de 2020, de construção das “Residências Santa Casa” com seis apartamentos e a “beneficiação e alteração das instalações do antigo hospital”, para convívio intergeracional (cohousing), cujo investimento é financiado, a fundo perdido, no valor de €244.641,14, pelo Fundo Rainha D. Leonor, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, sendo a parte restante financiada por fundos próprios da Instituição. Devido a condicionamentos da responsabilidade do empreiteiro e, principalmente, aos constrangimentos vividos durante os anos de Covid 19, a obra decorreu a um ritmo bastante lento, estando nesta altura as obras concluídas, faltando apenas alguns pormenores para a conclusão do projeto. O auto de receção das obras executadas pelo empreiteiro 4MB – Construções, Lda. foi assinado no dia 06/04/2023. No final de 2025, os valores registados na contabilidade em “investimentos em curso” eram de €686.145,49, dos quais projetos de arquitetura e especialidades (€27.651,65), fiscalização e acompanhamento da obra (€28.432,50) e custos de construção (€630.061,34).

Em 31 de dezembro de 2025, as depreciações do exercício, no montante de 52.370,33 Euros (49.760,30 Euros em 31 de dezembro de 2024) foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização”.

5- Ativos Intangíveis

Os quadros seguintes apresentam a quantia escriturada bruta e as depreciações acumuladas no início e no fim dos períodos de 2025 e 2024, evidenciando as adições e as depreciações de 2025.

31 de dezembro de 2025					
	Saldo em 01/jan/2025	Aquisições /Reforço	Abates /Alienações	Transferências / Regularizações	Saldo em 31/dez/2025
Designação dos ativos:					
Despesas de instalação	3 276,66				3 276,66
Programas de computador	4 889,57				4 889,57
Outros activos intangíveis	1 449,50				1 449,50
	9 615,73	0,00	-	-	9 615,73

31 de dezembro de 2025					
	Saldo em 01/jan/2025	Aquisições /Reforço	Abates /Alienações	Transferências / Regularizações	Saldo em 31/dez/2025
Depreciações acumuladas:					
Despesas de instalação	3 276,66				3 276,66
Programas de computador	4 793,20	96,37			4 889,57
Outros activos intangíveis	1 449,50				1 449,50
	9 519,36	96,37	-	-	9 615,73



Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo

31 de dezembro de 2024

	Saldo em 01/jan/2024	Aquisições /Reforço	Abates /Alienações	Transferências /Regularizações	Saldo em 31/dez/2024
Designação dos ativos:					
Despesas de instalação	3 276,66				3 276,66
Programas de computador	4 889,57				4 889,57
Outros activos intangíveis	1 449,50				1 449,50
	9 615,73	0,00	-	-	9 615,73

31 de dezembro de 2024

	Saldo em 01/jan/2024	Aquisições /Reforço	Abates /Alienações	Transferências /Regularizações	Saldo em 31/dez/2024
Depreciações acumuladas:					
Despesas de instalação	3 276,66				3 276,66
Programas de computador	4 696,86	96,34			4 793,20
Outros activos intangíveis	1 449,50				1 449,50
	9 423,02	96,34	-	-	9 519,36

6- Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica de «Financiamentos obtidos» apresenta saldo nulo. Em 31 de dezembro de 2024 apresentava saldo nulo.

7- Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo		
Géneros alimentares	3 455,76	4 660,02
Produtos Geriáticos	3 216,38	3 187,25
Materiais diversos	1 737,77	2 621,26
	<u>8 409,91</u>	<u>10 468,53</u>

8- Rédito de vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2025 e de 2024 foram como segue:

	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas e Jóias	2 662,00	2 824,50
Mensalidades e compart. familiares	593 948,75	569 906,35
Serviços Secundários	23 064,35	22 596,12
	<u>619 675,10</u>	<u>595 326,97</u>



Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo

9- Provisões, passivos e ativos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2025 não existe qualquer provisão constituída.

10- Subsídios e outros apoios

Nos períodos de 2025 e de 2024 a Santa Casa reconheceu rendimentos decorrentes de subsídios e outros apoios com a seguinte proveniência:

	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
Centro Distrital de Segurança Social (1)	0,00	0,00
Instituto de Emprego e Formação Profissional	5 686,04	1 358,38
Donativos		
Em Dinheiro	2 564,53	3 770,35
Em espécie	354,58	1 037,76
	<u>8 605,15</u>	<u>6 166,49</u>

Notas:

- (1) corresponde às comparticipações da segurança social no âmbito dos protocolos de cooperação em vigor.

11- Instrumentos financeiros

11.1- Investimentos financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Instituição detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
FCT - Fundo de Compensação do Trabalho	4 726,72	4 726,72
	<u>4 726,72</u>	<u>4 726,72</u>

11.2- Fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados e membros

No exercício económico de 2025 esta rubrica apresenta saldo nulo.

11.3- Clientes e utentes

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica "Clientes e utentes" encontra-se desagregada da seguinte forma:



Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo

	31-dez-25		31-dez-24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Cientes e Utentes				
Cientes e Utentes conta corrente	-	-	-	-
Clientes	-	-	-	-
Utentes	-	4 239,30	-	3 733,81
Cientes e utentes cobrança duvidosa	-	-	-	-
	-	4 239,30	-	3 733,81

11.4- Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica "Outros créditos a receber" tinha a seguinte decomposição:

	31-dez-25		31-dez-24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outros créditos a receber				
Remunerações e adiantamentos ao pessoal		200,00		455,00
Devedores acréscimos de rendimentos		-		1 001,10
Estado e outros entes públicos		7 630,88		3 502,45
Outros devedores		325,00		896,85
Projeto CLDS 4G - Saldo		-		-
	-	8 155,88	-	5 855,40

11.5- Diferimentos

O valor dos diferimentos ocorridos em 2025 correspondem ao estorno do seguro de acidentes de trabalho no valor de 128,56 euros.

11.6- Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Caixa e depósitos bancários" apresentava a seguinte decomposição:

	31-dez-25	31-dez-24
Caixa	1 515,76	196,87
Depósitos à ordem	162 748,11	112 137,29
Depósitos a prazo	200 000,00	220 000,00
	364 263,87	332 334,16

Salientamos que nos meios monetários acima referidos estão incluídas as cauções dos utentes, no montante total de 28 497,60€, no final de 2025.



11.7- Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte decomposição:

	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
Fornecedores conta corrente	14 876,51	17 506,61
Fornecedores adiantamentos	-	-
	<u>14 876,51</u>	<u>17 506,61</u>

Handwritten notes and signatures:
L. Soc.
C. Soc.
EL.
TB
P. Soc.

11.8- Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Outras dívidas a pagar" tinha a seguinte decomposição:

	<u>31-dez-25</u>		<u>31-dez-24</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Estado e outros entes publicos		9 647,52		11 506,67
Financiamentos Obtidos				
Credores por acréscimo de gastos				
Férias e subsídios		42 116,66		42 549,00
Segurança Social		9 392,02		9 488,43
Outras remunerações		-		-
Ouros acréscimos		2 886,18		2 733,32
Sindicato		-		57,93
Outros		-		81,16
	<u>-</u>	<u>64 042,38</u>	<u>-</u>	<u>66 416,51</u>

12- Benefícios dos empregados

Os gastos que a Santa Casa incorreu com os trabalhadores em 2025 e 2024 foram os seguintes:

	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
Remunerações dos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações do Pessoal	330 513,09	304 150,20
Indemnizações	392,00	1 222,70
Encargos sobre remunerações	73 572,47	67 751,93
Seguros de acidentes de trabalho	3 569,31	4 834,52
Outros gastos com o pessoal	779,05	4 352,86
	<u>408 825,92</u>	<u>382 312,21</u>

A rubrica «Outros gastos com pessoal» inclui os gastos com a medicina no trabalho e formação profissional.



Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo

No início do ano de 2025 a Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo decidiu aumentar, com efeitos a 1 de janeiro, todos os trabalhadores, num aumento médio de 3.5%, na sequência do aumento do salário mínimo nacional de 820,00 euros para os 870,00 euros, para manter as diferenças salariais entre as diversas categorias profissionais.

Posteriormente, na sequência da aprovação de novas tabelas salariais pela UMP com os sindicatos, em 28/07/2025, foram atualizados os salários dos trabalhadores com efeitos a 1 de janeiro de 2025, tendo sido pagos os respetivos retroativos, sendo que o aumento médio salarial dos trabalhadores em 2025, face à tabela da UMP em vigor no ano anterior, foi de 5,8%.

O número de trabalhadores, no período a que se referem as demonstrações financeiras, é de 27 trabalhadores, estando 3 trabalhadores com contrato a prazo no final do ano.

Os membros da Mesa Administrativa e restantes órgãos sociais da Instituição não auferem quaisquer remunerações, enquadrando-se esta atividade como trabalho voluntário.

13- Acontecimentos após a data do balanço

À data de elaboração do presente anexo, não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período, pelo que o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras mantém-se apropriado.

14- Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo informa ainda que não tem quaisquer dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Mesa Administrativa informa ainda que a situação da SCMAT perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15- Outras divulgações

15.1- Fundos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
Fundo Social	4 222,81	4 222,81
Reservas	996 811,30	988 844,46
Resultados Transitados	-17 515,67	7 966,84
Outras variações nos fundos patrimoniais		
Subsídios	519 108,71	506 471,72
Doações	27 682,47	30 222,33
Resultado Líquido	19 286,21	-17 515,67
	<u>1 549 595,83</u>	<u>1 520 212,49</u>



Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 na conta "resultados transitados" ocorreram os seguintes movimentos:

<u>Varição Fundos Patrimoniais-Resultados Transitados</u>	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
Saldo 1 de janeiro	7 966,84	76 437,64
Aumento	0,00	7 966,84
Diminuição	(25 482,51)	(76 437,64)
Regularizações		
	<u>-17 515,67</u>	<u>7 966,84</u>

A proposta enviada para deliberação da Assembleia Geral, a realizar em 9 de maio de 2026 para aprovação das contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e para aprovação da proposta de aplicação dos resultados de que, o resultado líquido positivo de 19.286,21 euros referente a esse exercício seja integralmente transferido para a rubrica Resultados Transitados. A proposta contempla ainda a transferência do Resultado Líquido negativo em 2024, no montante de 17.515,67 euros, da conta de Resultados Transitados para a conta de Reservas Livres.

Em 2025, nas contas que consolidam a rubrica " Outras Variações nos Fundos Patrimoniais" ocorreram os seguintes movimentos:

<u>Outras Variação Fundos Patrimoniais - subsidios investimen</u>	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
Saldo 1 de janeiro	506 471,72	488 517,92
Aumento	33 879,35	36 696,17
Diminuição	(21 242,36)	(18 742,37)
Regularizações		
	<u>519 108,71</u>	<u>506 471,72</u>

Em 31/12/2025, os débitos no montante de 21.242,36 euros referem-se à quota anual dos subsídios ao investimento a fundo perdido para a construção do Lar de Idosos, primeira e segunda fases, bem como, ao subsídio ao investimento da Câmara Municipal de Nisa de 2025, que são transferidos anualmente numa base sistemática para rendimentos do exercício, na proporção e à medida da contabilização das depreciações dos investimentos a que respeitam.

<u>Outras Variação Fundos Patrimoniais - Doações</u>	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
Saldo 1 de janeiro	30 222,33	33 235,15
Aumento		
Diminuição	(2 539,86)	(3 012,82)
Regularizações		
	<u>27 682,47</u>	<u>30 222,33</u>



Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo

O débito no montante de 2.539,86 euros respeita à quota anual das doações obtidas para a construção do Lar de Idosos, primeira e segunda fases, sendo feita a sua transferência para rendimentos do exercício na proporção e à medida da contabilização das depreciações dos investimentos a que respeitam.

Handwritten signatures and initials:
Jes.
M
ZL
FB
Paulo

15.2- Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
ATIVO		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	7 630,88	3 502,45
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>7 630,88</u>	<u>3 502,45</u>
PASSIVO		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		15,73
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	953,00	1 826,19
Segurança Social	8 694,52	9 664,75
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>9 647,52</u>	<u>11 506,67</u>

A Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo beneficia da isenção de IRC nos termos do preceituado no artigo 10.º do CIRC.

15.3- Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

<u>Serviços Especializados</u>	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
Trabalhos Especializados	7 802,61	8 032,88
Publicidade e Propaganda	246,00	68,88
Vigilância e Segurança	601,47	409,59
Honorários	11 705,00	18 873,40
Comissões	0,00	0,00
Conservação e Reparação	8 022,15	16 074,67
Serviços Bancários	186,45	188,80
Outros Serv Especializados	0,00	0,00
	<u>28 563,68</u>	<u>43 648,22</u>



Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo

<u>Materiais</u>	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
Ferramentas e Utensílios desgaste rápido	2 163,07	2 276,27
Livros e Documentação Técnica	0,00	0,00
Material de Escritório	2 039,81	1 068,73
Artigos para oferta	393,90	907,57
Material de enfermagem Gabinete Médico	1 173,14	0,00
Fraldas e Descartáveis	12 074,57	16 938,18
Outros	0,00	611,72
	<u>17 844,49</u>	<u>21 802,47</u>
<u>Energia e Fluidos</u>	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
Eletricidade	23 961,53	20 452,78
Combustíveis	11 546,71	12 385,58
Gasóleo	3 913,73	5 112,43
Gasolina	20,00	0,00
Gás	7 612,98	7 104,62
Outros	0,00	168,53
Água	5 876,01	5 354,10
	<u>52 930,96</u>	<u>38 192,46</u>
<u>Deslocações, Estadas e Transportes</u>	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
Deslocações e Estadas	19,19	222,63
	<u>19,19</u>	<u>222,63</u>
<u>Serviços Diversos</u>	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
Rendas e Alugueres	0,00	0,00
Comunicação	2 862,36	2 695,19
Seguros	3 186,72	2 258,46
Contencioso e Notariado	508,94	395,89
Limpeza, Higiene e Conforto	12 543,13	12 121,68
Outros Serviços	0,00	51,29
	<u>19 101,15</u>	<u>17 522,51</u>
<u>Total FSE</u>	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
	<u>118 459,47</u>	<u>121 388,29</u>

Handwritten signatures and initials:
ZL
FB
Pardal

Na rubrica de Materiais, em 2025 foi decidido proceder à subdivisão da conta Produtos geriátricos e outros – Gabinete Médico (Fraldas).

Assim, passou a existir uma conta específica para Material de Enfermagem do Gabinete Médico e outra para Fraldas e outros descartáveis (geriátricos).



Handwritten signature and initials: J. J. C. (circled), P. B., and another signature.

15.4- Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foram como segue:

<u>Outros Rendimentos e Ganhos</u>	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
Rendimentos Suplementares	0,00	180,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	88,03	1 620,19
Ganhos em Inventários	0,00	0,00
Rendimentos e Ganhos em Investimentos n financeiros	600,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	33 420,07	29 967,27
	<u>34 108,10</u>	<u>31 767,46</u>

Na rubrica “outros rendimentos e ganhos” estão contabilizados os valores referentes à quota anual dos subsídios ao investimento a fundo perdido, dos donativos, para a construção do Lar de Idosos, primeira e segunda fases, assim como o subsídio ao investimento da Câmara Municipal de Nisa de 2025, que são transferidos anualmente numa base sistemática para rendimentos do exercício, na proporção e à medida da contabilização das depreciações dos investimentos a que respeitam, no montante de 23.782,22 euros em 2025 e 21.755,19 em 2024.

15.5- Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foram como segue:

<u>Outros Gastos e Perdas</u>	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
Impostos	30,00	0,00
Dívidas Incobráveis	0,00	836,21
Perdas em Inventários		
Gastos e perdas em invest. não financeiros		
Outros gastos e perdas	573,01	9 918,02
	<u>603,01</u>	<u>10 754,23</u>

15.6- Resultados financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e gastos similares:



	<u>31-dez-25</u>	<u>31-dez-24</u>
Juros e rendimentos similares		
Juros obtidos	2 869,12	3 967,28
	<u>2 869,12</u>	<u>3 967,28</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	(67,11)	(2,15)
Juros de mora e compensatórios		
	<u>(67,11)</u>	<u>2,15</u>
Resultados Financeiros	<u><u>2 802,01</u></u>	<u><u>3 965,13</u></u>

15.7- Outras divulgações relevantes

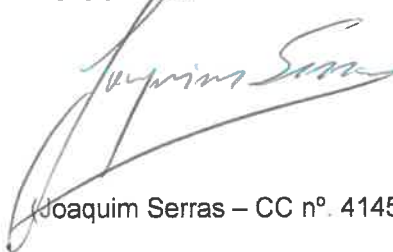
Nada a referir

15.8- Data de aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas em reunião da Mesa Administrativa de 23 de abril de 2026 e enviadas para aprovação na Assembleia Geral Ordinária de 9 de maio de 2026.

Amieira do Tejo, 23 de abril de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO


(Joaquim Serras – CC nº. 41457)

A MESA ADMINISTRATIVA

O PROVIDOR,


O Provedor

A VICE-PROVEDORA,


Cristina Harcoliz

O TESOUREIRO,


O Tesoureiro

O SECRETÁRIO,


Pereira João Benedito

A VOGAL,

